



24 de março de 2023
CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2016)
4º Trimestre de 2022

O SALDO EXTERNO DA ECONOMIA FIXOU-SE EM -0,6% DO PIB EM 2022

A necessidade de financiamento da economia portuguesa reduziu-se no quarto trimestre de 2022, passando de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no 3º trimestre de 2022 para 0,6% do PIB¹ (em 2021, a economia tinha registado uma capacidade de financiamento de 0,9% do PIB). O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram, respetivamente, 2,6% e 2,7% relativamente ao trimestre anterior (11,0% e 10,4%, pela mesma ordem, relativamente a 2021). A redução do saldo externo da economia em 2022 refletiu principalmente a redução da capacidade de financiamento das Famílias, que passou de 3,4% do PIB em 2021 para 0,5% em 2022.

O RDB das Famílias aumentou 3,3% face ao trimestre anterior e 7,8% relativamente a 2021. Para este resultado contribuíram essencialmente as remunerações, com um crescimento de 2,5% face ao trimestre anterior e de 9,6% em termos anuais. A taxa de poupança fixou-se em 6,1% (5,8% no trimestre anterior e 9,9% em 2021). Em termos reais, o RDB ajustado *per capita* das Famílias aumentou 0,6% e 1,1%, relativamente ao trimestre anterior e a 2021, respetivamente.

O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -2,1% do PIB, menos 1,4 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Comparativamente com 2021, o saldo agravou-se ligeiramente (-1,8% do PIB), como resultado do aumento das remunerações e da formação bruta de capital (12,4% e 13,5%, respetivamente), que mais que compensaram o aumento de 15,3% do Valor Acrescentado Bruto (VAB). A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu para 1,4% do PIB no 4º trimestre de 2022 (1,5% no trimestre anterior e 2,3% em 2021).

O saldo das Administrações Públicas (AP) diminuiu 1,4 p.p. no 4º trimestre de 2022, fixando-se em -0,4% do PIB (-2,9% em 2021). Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2022 atingiu -5 671 milhões de euros, correspondendo a -9,1% do PIB, o que compara com -4,1% no período homólogo, refletindo o aumento significativo da despesa com prestações sociais (17,6%) e os subsídios pagos (88,6%).

¹ Salvo indicação em contrário, visando eliminar as flutuações de natureza sazonal e atenuar a irregularidade de forma a captar o comportamento tendencial das séries em consideração, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao **ano acabado no trimestre de referência**. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas **taxas de variação em cadeia** entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque). As taxas de variação apresentadas correspondem a variações nominais.

Refira-se ainda que em anexo a este destaque são disponibilizados ficheiros Excel com informação adicional.



Economia portuguesa apresentou um saldo negativo de 0,6% do PIB

A necessidade de financiamento da economia situou-se em 0,6% do PIB, o que representou uma melhoria do défice em 0,3 p.p. do PIB relativamente ao trimestre anterior. Contudo, em 2021, a economia portuguesa tinha apresentado um saldo externo positivo correspondente a 0,9% do PIB. O PIB nominal cresceu 2,4% no 4º trimestre de 2022 face ao trimestre anterior e 11,4% comparativamente com o mesmo trimestre do ano anterior. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram 2,6% e 2,7% face ao trimestre anterior, respetivamente (11,0% e 10,4%, comparando com o 4º trimestre de 2021).

O RDB e a despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registaram taxas de variação idênticas (2,7%) no 4º trimestre de 2022, verificando-se um crescimento de 2,5% da poupança bruta da economia (3,0% no trimestre anterior). No 4º trimestre de 2022, a poupança bruta representou 19,2% do PIB (igual ao registado no trimestre anterior e menos 0,6 p.p. que no trimestre homólogo).

O referido aumento da poupança, superior ao aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), conduziu a uma melhoria de 0,3 p.p. do saldo externo da economia, para -0,6% do PIB (+0,9% no período homólogo). A FBCF aumentou 2,3% comparativamente com o trimestre anterior e 11,3% face a 2021.

Quadro 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
4ºT 2019	214 375	1,1	208 806	0,9	213 689	1,0
1ºT 2020	213 935	-0,2	208 571	-0,1	213 780	0,0
2ºT 2020	205 828	-3,8	201 693	-3,3	206 817	-3,3
3ºT 2020	203 071	-1,3	199 574	-1,1	204 716	-1,0
4ºT 2020	200 519	-1,3	197 398	-1,1	202 446	-1,1
1ºT 2021	199 188	-0,7	196 388	-0,5	201 793	-0,3
2ºT 2021	206 903	3,9	204 114	3,9	210 265	4,2
3ºT 2021	210 544	1,8	207 708	1,8	214 202	1,9
4ºT 2021	214 741	2,0	212 572	2,3	219 091	2,3
1ºT 2022	221 429	3,1	218 775	2,9	225 079	2,7
2ºT 2022	227 945	2,9	225 203	2,9	230 867	2,6
3ºT 2022	233 536	2,5	229 794	2,0	235 517	2,0
4ºT 2022	239 253	2,4	235 883	2,6	241 847	2,7



Quadro 2. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
4ºT 2019	-3,3	2,4	0,1	1,8	1,0
1ºT 2020	-3,4	2,3	-0,1	2,3	1,1
2ºT 2020	-3,9	2,4	-1,9	4,5	1,1
3ºT 2020	-2,6	2,3	-4,1	4,6	0,1
4ºT 2020	-2,2	2,6	-5,8	5,2	-0,2
1ºT 2021	-1,9	2,6	-7,0	6,6	0,2
2ºT 2021	-0,7	2,2	-5,9	4,7	0,3
3ºT 2021	-1,7	2,3	-3,9	4,1	0,9
4ºT 2021	-1,8	2,3	-2,9	3,4	0,9
1ºT 2022	-2,0	2,1	-1,7	1,4	-0,2
2ºT 2022	-2,9	1,8	0,1	0,5	-0,4
3ºT 2022	-3,5	1,5	1,0	0,2	-0,9
4ºT 2022	-2,1	1,4	-0,4	0,5	-0,6

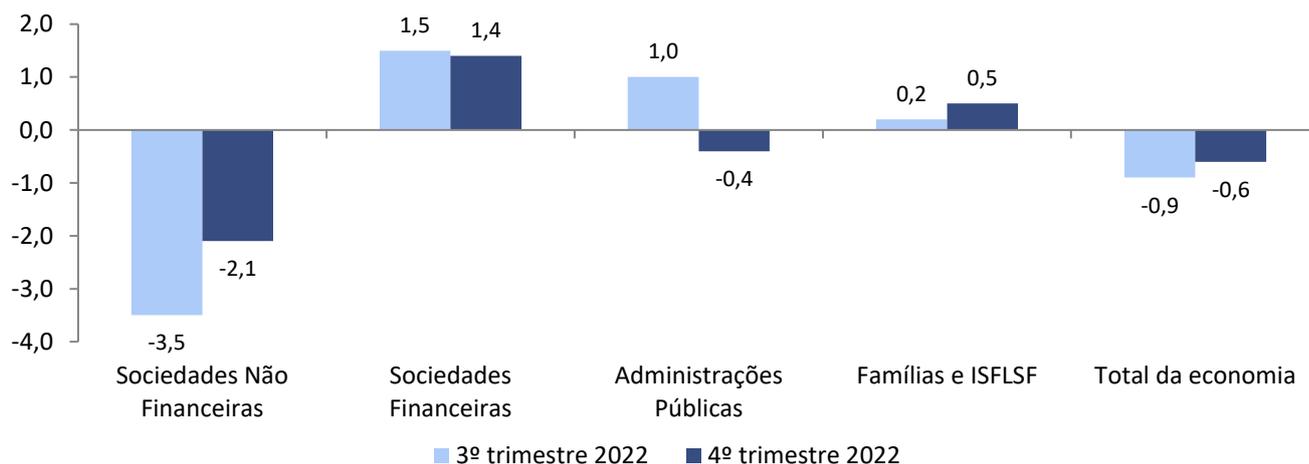
A redução do défice da economia relativamente ao trimestre anterior refletiu principalmente a melhoria do saldo das Sociedades não financeiras, cuja necessidade de financiamento foi 2,1% do PIB no 4º trimestre de 2022, menos 1,4 p.p. que no trimestre anterior. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu 0,1 p.p., para 1,4% do PIB.

O saldo do setor das AP fixou-se em -0,4% do PIB em 2022, diminuindo 1,4 p.p. face ao trimestre anterior (em 2021 tinha sido -2,9%).

A capacidade de financiamento das Famílias reduziu-se progressivamente desde o 2º trimestre de 2021 até ao 3º trimestre de 2022 quando atingiu 0,2% do PIB, tendo aumentado para 0,5% do PIB no 4º trimestre de 2022 (3,4% no trimestre homólogo).



Figura 1. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento das Famílias atingiu 0,5% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 0,5% do PIB no 4º trimestre de 2022, o que representa uma melhoria de 0,3 p.p. face ao trimestre anterior e um agravamento de 2,9 p.p. comparativamente com o ano de 2021.

A taxa de poupança das Famílias (ver figura 2) atingiu 6,1% do RDB, o que correspondeu a um aumento de 0,3 p.p. relativamente ao resultado do trimestre anterior. Este desempenho foi consequência do aumento em 3,3% do rendimento disponível (variação de 1,4% no trimestre anterior), superior ao crescimento do consumo privado (3,0%). Relembre-se que, salvo indicação em contrário, as variáveis aqui apresentadas estão em termos nominais, o que, no caso do consumo privado, reflete o expressivo crescimento dos preços, evidenciado pelo Índice de Preços no Consumidor ao longo de 2022.

Comparativamente com 2021, o RDB aumentou 7,8% em 2022. Este crescimento do RDB não foi suficiente para compensar o aumento da despesa de consumo final, que se fixou em 12,5%, o que determinou a redução da taxa de poupança de 9,9% em 2021 para 6,1% em 2022.

A figura 3 apresenta a decomposição da taxa de variação do RDB das Famílias no 4º trimestre de 2022 (3,3%) relativamente ao trimestre anterior. As remunerações e o excedente bruto de exploração contribuíram em 1,8 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente, para aquela taxa de variação (1,1 p.p. e 0,3 p.p. em 2021, pela mesma ordem), sendo ainda de destacar as prestações sociais líquidas das contribuições, que representaram 0,9 p.p. (-0,2 p.p. em 2021).



Figura 2. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)

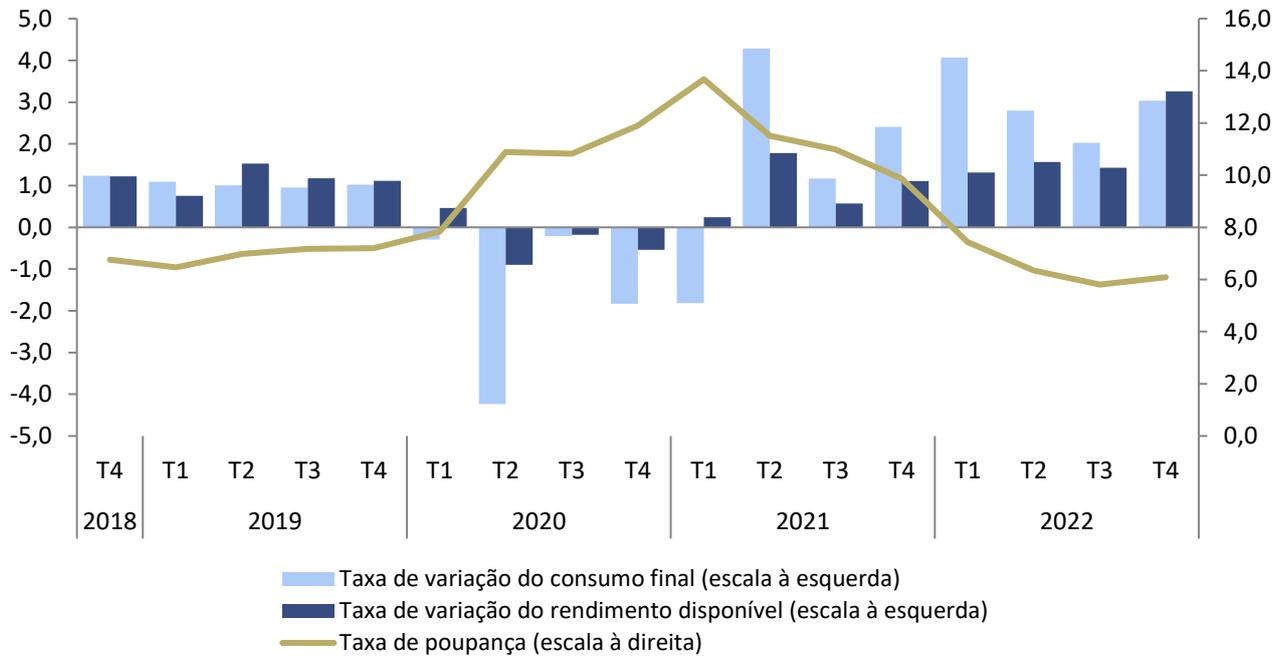
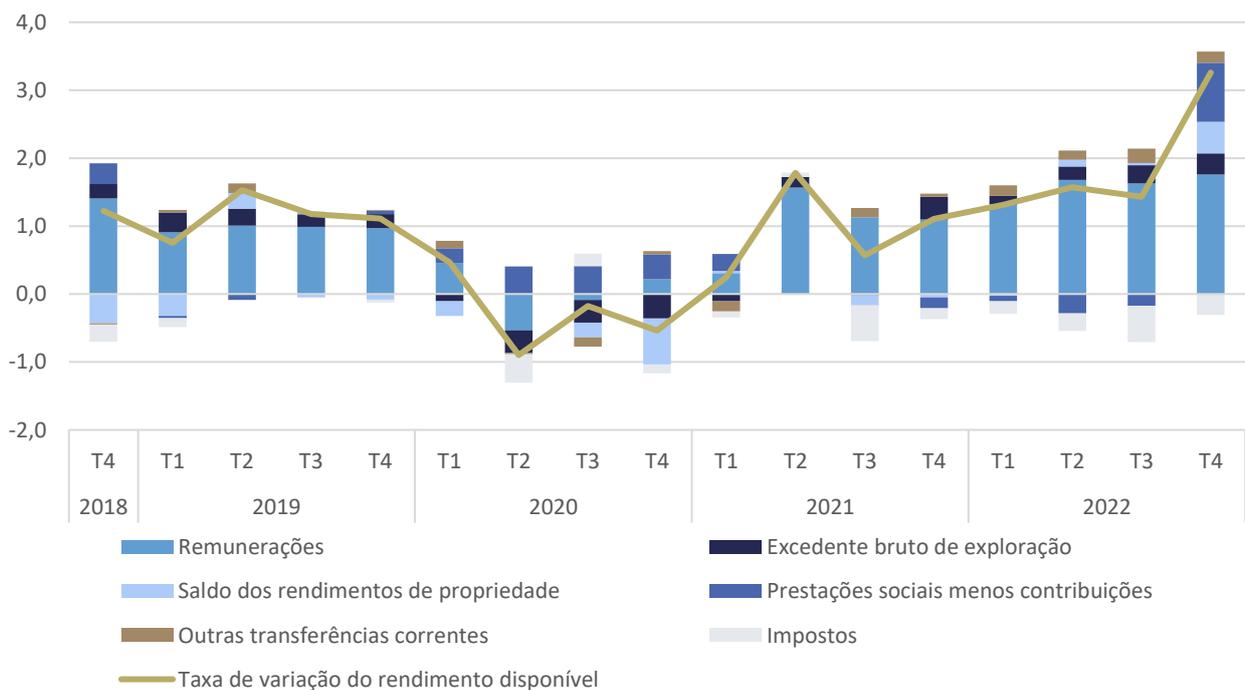


Figura 3. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)





A FBCF das Famílias, que corresponde essencialmente à FBCF em habitação, registou uma taxa de variação de 0,5% no 4º trimestre de 2022 face ao trimestre anterior. Comparando com o período homólogo, o aumento da FBCF das Famílias foi 7,8%. A taxa de investimento das Famílias (medida através do rácio entre a FBCF e o rendimento disponível) fixou-se em 6,1%, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior e idêntica ao período homólogo.

O RDB ajustado nominal das Famílias *per capita* fixou-se em 18,3 mil euros no 4º trimestre de 2022, o que representou um aumento de 3,0% face ao trimestre anterior e de 7,7% relativamente ao período homólogo. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF, que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

O RDB ajustado das Famílias *per capita* em termos reais, que constitui um indicador mais adequado num contexto de inflação elevada e que considera como deflador o índice de preços implícito na despesa de consumo final, aumentou 0,6% face ao trimestre anterior e 1,1% em termos anuais. O consumo individual, que consiste na soma do consumo privado com a despesa das AP com bens e serviços que se destinam ao consumo das famílias, também deflacionado e expresso em valores *per capita*, aumentou 0,5% face ao trimestre anterior e 5,0% em termos anuais.

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,1% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras diminuiu 1,4 p.p. relativamente ao trimestre anterior, fixando-se em 2,1% do PIB (saldos de -3,5% e -1,8% no trimestre anterior e em 2021, respetivamente).

O VAB cresceu 3,3% no 4º trimestre de 2022 comparativamente com o trimestre anterior e 15,3% face ao período homólogo. O aumento trimestral do VAB foi acompanhado pelo crescimento das remunerações pagas e dos impostos sobre a produção em 3,1% e 4,6%, respetivamente, e pelo aumento em 28,1% dos subsídios à exploração (explicado pelas medidas de combate aos preços elevados dos bens energéticos), determinando a variação de 4,8% do Excedente Bruto de Exploração.

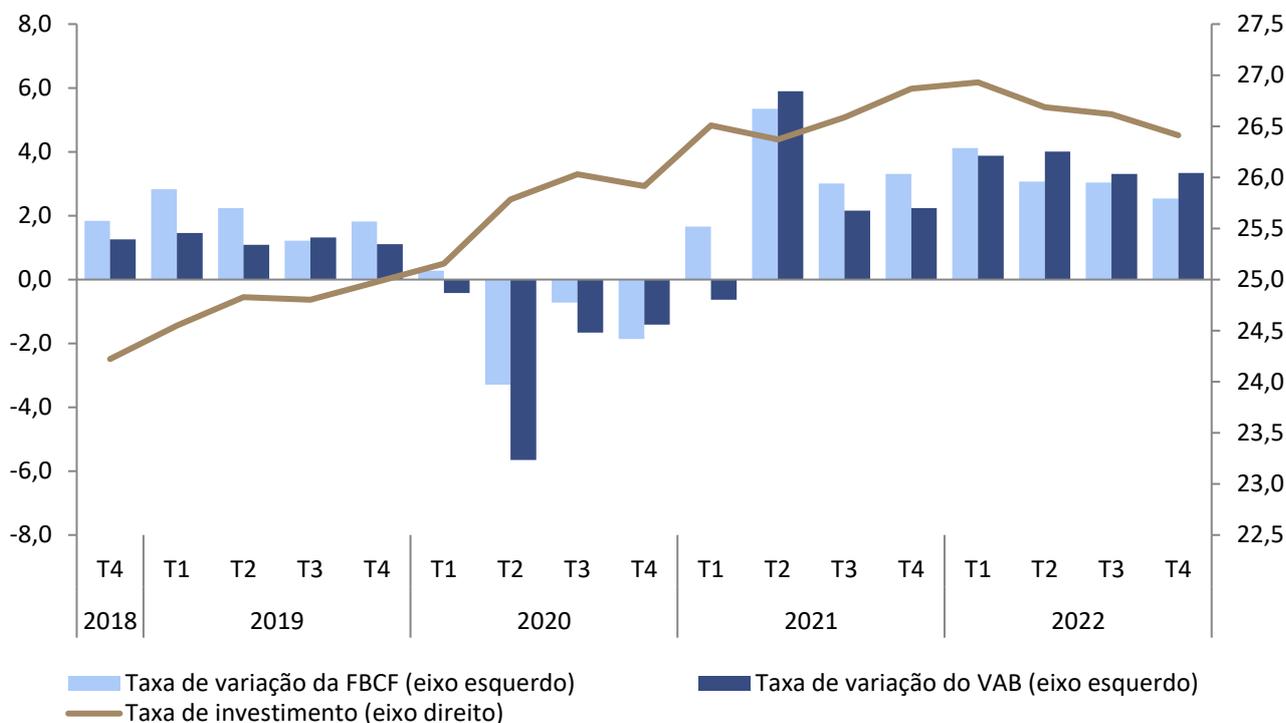
A taxa de margem operacional líquida do setor fixou-se em 24,0%, mais 0,7 p.p. que no trimestre anterior. Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido² e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

A FBCF desacelerou para uma variação de 2,5%, taxa inferior em 0,8 p.p. ao crescimento do VAB do setor, determinando um ligeiro decréscimo (0,2 p.p. face ao trimestre anterior) da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB), que se fixou em 26,4%. Comparando com 2021, a FBCF das Sociedades Não Financeiras aumentou 13,4% em 2022.

² O Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido correspondem, respetivamente, ao EBE e VAB deduzindo o consumo de capital fixo.



Figura 4. Taxa de Investimento (FBCF/VAB) das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 1,4 % do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 1,4% do PIB (1,5% no trimestre anterior e 2,3% no homólogo). Em termos anuais, a redução do saldo deveu-se principalmente à redução do saldo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 39,7% e 17,3%, respetivamente, o que superou o aumento de 11,6% do VAB do setor (variação de 6,5% relativamente ao trimestre anterior).

**Administrações Públicas: saldo diminuiu 1,4 p.p. para -0,4% do PIB**

O saldo do setor das AP diminuiu 1,4 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2022, passando de uma capacidade de financiamento de 1,0% do PIB no 3º trimestre para uma necessidade de financiamento de 0,4%, em resultado de um aumento da despesa (5,0%) superior ao aumento da receita (1,7%).

Os quadros 3 e 4 apresentam a receita e a despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

**Quadro 3. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)**

Unidade: 10⁶ EUR

	2021T4	2022T1	2022T2	2022T3	2022T4
Receita total	96 321,5	98 550,2	101 342,2	104 393,2	106 139,3
Receita corrente	93 741,0	95 982,1	98 796,1	102 838,9	104 302,5
Impostos sobre o rendimento e património	20 707,7	21 103,8	22 471,4	24 896,0	25 701,2
Impostos sobre a produção e importação	32 346,6	34 028,6	35 111,4	35 930,6	36 178,1
Contribuições sociais	27 266,6	27 706,8	28 289,9	28 931,4	29 597,9
Vendas	6 686,0	6 889,0	7 045,4	7 316,5	7 460,1
Outra receita corrente	6 734,1	6 254,0	5 878,0	5 764,5	5 365,2
Receita de capital	2 580,5	2 568,0	2 546,1	1 554,3	1 836,8
Despesa total	102 536,9	102 255,1	101 138,6	101 990,7	107 083,6
Despesa corrente	94 287,8	93 945,6	93 799,4	94 489,2	97 600,0
Prestações sociais	41 608,5	42 083,1	42 281,2	42 650,7	44 693,8
Despesas com pessoal	24 974,8	25 177,7	25 363,4	25 557,7	25 841,2
Juros	5 170,5	4 991,5	4 837,5	4 768,2	4 686,7
Consumo intermédio	12 434,5	12 769,6	13 050,2	13 198,1	13 535,5
Subsídios	4 275,9	3 074,6	2 122,1	1 940,7	2 547,4
Outra despesa corrente	5 823,7	5 849,1	6 145,0	6 373,7	6 295,4
Despesa de capital	8 249,2	8 309,5	7 339,1	7 501,5	9 483,6
Investimento ⁽¹⁾	5 618,6	5 671,4	5 741,6	5 842,3	6 051,9
Outra despesa de capital	2 630,6	2 638,1	1 597,6	1 659,2	3 431,7
Saldo corrente	-546,8	2 036,5	4 996,7	8 349,7	6 702,5
Saldo total	-6 215,5	-3 704,9	203,6	2 402,5	-944,4
Por Memória:					
Despesa corrente primária	89 117,3	88 954,1	88 962,0	89 721,0	92 913,3
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	214 741,0	221 429,0	227 945,3	233 536,3	239 253,3
Saldo em % do PIB	-2,9	-1,7	0,1	1,0	-0,4

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A evolução da despesa resultou dos aumentos em 3,3% da despesa corrente e em 26,4% da despesa de capital. A variação da despesa corrente traduz o aumento dos encargos com prestações sociais (4,8%), das despesas com pessoal (1,1%), do consumo intermédio (2,6%) e dos subsídios pagos (31,3%), refletindo essencialmente,



no último caso, os apoios pagos às empresas no contexto da mitigação dos efeitos económicos do conflito geopolítico, com destaque para a alocação adicional de verbas no Sistema Elétrico Nacional para redução das tarifas de eletricidade (650 milhões de euros). Em sentido oposto, verificou-se uma diminuição dos encargos com juros (-1,7%) e da outra despesa corrente (-1,2%). O aumento da despesa de capital resultou do crescimento do investimento (3,6%) e da outra despesa de capital (106,8%). O expressivo aumento da outra despesa de capital foi essencialmente devido aos apoios concedidos ao Grupo TAP, S.A. (990 milhões de euros³), à SATA Air Açores, S.A. (197 milhões de euros) e à Efacec Power Solutions, SGPS, S.A. (159 milhões de euros), bem como a conversão de ativos por impostos diferidos em crédito tributário no montante de 245 milhões de euros.

Quadro 4. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

Unidade: %

	2021T4	2022T1	2022T2	2022T3	2022T4
Receita total	2,4	2,3	2,8	3,0	1,7
Receita corrente	2,3	2,4	2,9	4,1	1,4
Impostos sobre o rendimento e património	-0,4	1,9	6,5	10,8	3,2
Impostos sobre a produção e importação	4,0	5,2	3,2	2,3	0,7
Contribuições sociais	1,9	1,6	2,1	2,3	2,3
Vendas	0,4	3,0	2,3	3,8	2,0
Outra receita corrente	6,4	-7,1	-6,0	-1,9	-6,9
Receita de capital	7,9	-0,5	-0,9	-39,0	18,2
Despesa total	0,3	-0,3	-1,1	0,8	5,0
Despesa corrente	0,5	-0,4	-0,2	0,7	3,3
Prestações sociais	0,5	1,1	0,5	0,9	4,8
Despesas com pessoal	0,7	0,8	0,7	0,8	1,1
Juros	-4,3	-3,5	-3,1	-1,4	-1,7
Consumo intermédio	3,3	2,7	2,2	1,1	2,6
Subsídios	-8,5	-28,1	-31,0	-8,5	31,3
Outra despesa corrente	4,5	0,4	5,1	3,7	-1,2
Despesa de capital	-1,2	0,7	-11,7	2,2	26,4
Investimento ⁽¹⁾	3,1	0,9	1,2	1,8	3,6
Outra despesa de capital	-9,3	0,3	-39,4	3,9	106,8

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições Líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total aumentou 1,7% no ano acabado no 4º trimestre de 2022, tendo a receita corrente subido 1,4% e a receita de capital 18,2%. O comportamento da receita corrente reflete aumentos de todas as suas componentes, com exceção da outra receita corrente, destacando-se o aumento de 3,2% da receita de impostos sobre o rendimento e património. Pelo contrário, a outra receita corrente apresentou uma redução de 6,7% relacionada, em larga medida, com a menor utilização de fundos da União Europeia para financiamento da

³ Em 2022 o montante efetivamente pago correspondeu a 303,9 milhões de euros, estando previsto o pagamento do valor remanescente em 2023 e 2024. Em contas nacionais foi registado o valor integral do referido aumento de capital em 2022, quando foi assumido o compromisso.



apoios pagos às empresas no contexto da mitigação dos efeitos económicos do conflito geopolítico, conforme referido anteriormente. Para o aumento da despesa com prestações sociais contribuíram essencialmente os apoios atribuídos para mitigar os efeitos de crescimento dos preços, designadamente o complemento excecional de pensão (cerca de 990 milhões de euros), os apoios a famílias mais carenciadas (cerca de 370 milhões de euros) e o apoio extraordinário a titulares de rendimentos e prestações sociais (cerca de 640 milhões de euros). Por outro lado, os encargos com juros registaram uma diminuição de 6,8% e a outra despesa corrente diminuiu 4,1%. A despesa de capital aumentou 66,5%, em resultado do crescimento de 10,1% do investimento e de 195,3% da outra despesa de capital, pelos motivos já referidos.

O crescimento de 5,6% da receita corrente traduz aumentos em todas as suas componentes, exceto na outra receita corrente. Os impostos sobre o rendimento e património, sobre a produção e importação, as contribuições sociais e as vendas cresceram 13,4%, 2,8%, 8,6% e 7,8%, respetivamente, tendo a outra receita corrente diminuído 22,8%. A evolução positiva da receita fiscal (7,0%) e contributiva (8,6%) evidencia a recuperação da atividade económica, o comportamento do mercado de trabalho, bem como, no caso dos impostos sobre a produção e importação, o crescimento dos preços e ainda efeitos de base, na sequência da crise pandémica. A receita de capital registou um aumento de 49,6%.

Quadro 6. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas – valores anuais

	2019		2020		2021		2022	
	10 ⁶ EUR	% PIB						
Receita total	91 251,4	42,6	87 074,3	43,4	96 321,5	44,9	106 139,3	44,4
Receita corrente	90 437,3	42,2	86 091,4	42,9	93 741,0	43,7	104 302,5	43,6
Imp. sobre rendimento e património	20 884,5	9,7	20 092,6	10,0	20 707,7	9,6	25 701,2	10,7
Imp. sobre a produção e importação	32 115,8	15,0	29 143,2	14,5	32 346,6	15,1	36 178,1	15,1
Contribuições sociais	25 359,7	11,8	25 599,4	12,8	27 266,6	12,7	29 597,9	12,4
Vendas	7 262,2	3,4	6 395,8	3,2	6 686,0	3,1	7 460,1	3,1
Outra receita corrente	4 815,1	2,2	4 860,4	2,4	6 734,1	3,1	5 365,2	2,2
Receita de capital	814,1	0,4	982,8	0,5	2 580,5	1,2	1 836,8	0,8
Despesa total	91 004,2	42,5	98 743,3	49,2	102 536,9	47,7	107 083,6	44,8
Despesa corrente	84 911,2	39,6	89 749,0	44,8	94 287,8	43,9	97 600,0	40,8
Prestações sociais	38 825,9	18,1	40 196,1	20,0	41 608,5	19,4	44 693,8	18,7
Despesas com pessoal	23 146,7	10,8	23 933,8	11,9	24 974,8	11,6	25 841,2	10,8
Juros	6 324,2	3,0	5 786,9	2,9	5 170,5	2,4	4 686,7	2,0
Consumo intermédio	11 025,6	5,1	11 068,5	5,5	12 434,5	5,8	13 535,5	5,7
Subsídios	919,1	0,4	3 642,5	1,8	4 275,9	2,0	2 547,4	1,1
Outra despesa corrente	4 669,7	2,2	5 121,3	2,6	5 823,7	2,7	6 295,4	2,6
Despesa de capital	6 092,9	2,8	8 994,2	4,5	8 249,2	3,8	9 483,6	4,0
Investimento ⁽¹⁾	3 726,7	1,7	4 782,9	2,4	5 618,6	2,6	6 051,9	2,5
Outra despesa de capital	2 366,2	1,1	4 211,4	2,1	2 630,6	1,2	3 431,7	1,4
Saldo corrente	5 526,0	2,6	-3 657,6	-1,8	-546,8	-0,3	6 702,5	2,8
Saldo total	247,2	0,1	-11 669,0	-5,8	-6 215,5	-2,9	-944,4	-0,4

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos



Tal como é possível verificar no quadro 6, que apresenta valores da receita e despesa anuais, o saldo das AP representou -0,4% do PIB no ano de 2022, registando-se uma melhoria expressiva deste indicador face aos anos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia COVID-19.

Face a 2021, observa-se um crescimento da receita total de 10,2%, enquanto a despesa total aumentou 4,4%. Na receita, em resultado da recuperação da atividade económica e do mercado de trabalho no período pós-pandemia, acentuado pelo efeito do crescimento dos preços, destacam-se os aumentos na receita fiscal, nas contribuições sociais e nas vendas (16,6%, 8,5% e 11,6%, respetivamente). Do lado da despesa salienta-se a diminuição dos subsídios e dos encargos com juros (-40,4% e -9,4%, respetivamente).

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos⁴ efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional para os quartos trimestres de 2021 e 2022.

Quadro 7. Passagem de saldos de Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ EUR	
	2021T4	2022T4
Saldo em contabilidade pública:	-4 215,8	-8 810,9
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	2 668,7	2 730,5
Diferença entre juros pagos e devidos	741,4	854,1
Outros valores a receber:	287,4	288,8
Ajust. temporal de impostos e contribuições	720,1	420,1
Outros	-432,7	-131,3
Outros valores a pagar:	67,5	73,7
Encargos assumidos e não pagos	189,6	99,6
Outros	-122,0	-25,9
Outros ajustamentos:	-1 873,4	-807,2
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-1 751,2	-2 632,9
Saldo em contabilidade nacional:	-2 324,2	-5 671,0
PIB ⁽¹⁾	56 732,0	62 483,3
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-4,1	-9,1

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Tomando em consideração o quarto trimestre de cada ano, verificou-se o agravamento do saldo quer em contabilidade nacional, quer em contabilidade pública. Em contabilidade nacional, o saldo das administrações públicas passou de -4,1% do PIB no 4º trimestre de 2021 para -9,1% no trimestre homólogo de 2022. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas no 4º trimestre de 2022 foi, na sua maioria, destinado a entidades do setor das AP, sendo de destacar, com impacto no saldo, o registo como transferência de capital do aumento

⁴ Ver Nota Metodológica para detalhes sobre os principais ajustamentos efetuados.



de capital realizado no Grupo TAP, S.A., no montante de 990 milhões de euros⁵ e do valor relativo a ajudas à SATA Air Açores, S.A., no montante de 197 milhões de euros.

Adicionalmente, tal como referido nas publicações anteriores, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, que foram prolongadas no atual contexto do conflito geopolítico, foi feito um ajustamento na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Considerando o 4º trimestre de 2022 este ajustamento foi reduzido, traduzindo-se num aumento da receita fiscal em cerca de 2,4 milhões de euros face aos dados da contabilidade pública, referentes às medidas de prorrogação de pagamento de contribuições sociais, do IVA, do IRS e do IRC.

Os resultados anuais relativos às contas das AP são analisados em maior detalhe nos destaques relativos à Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos e aos Principais Agregados das Administrações Públicas, igualmente publicados hoje.

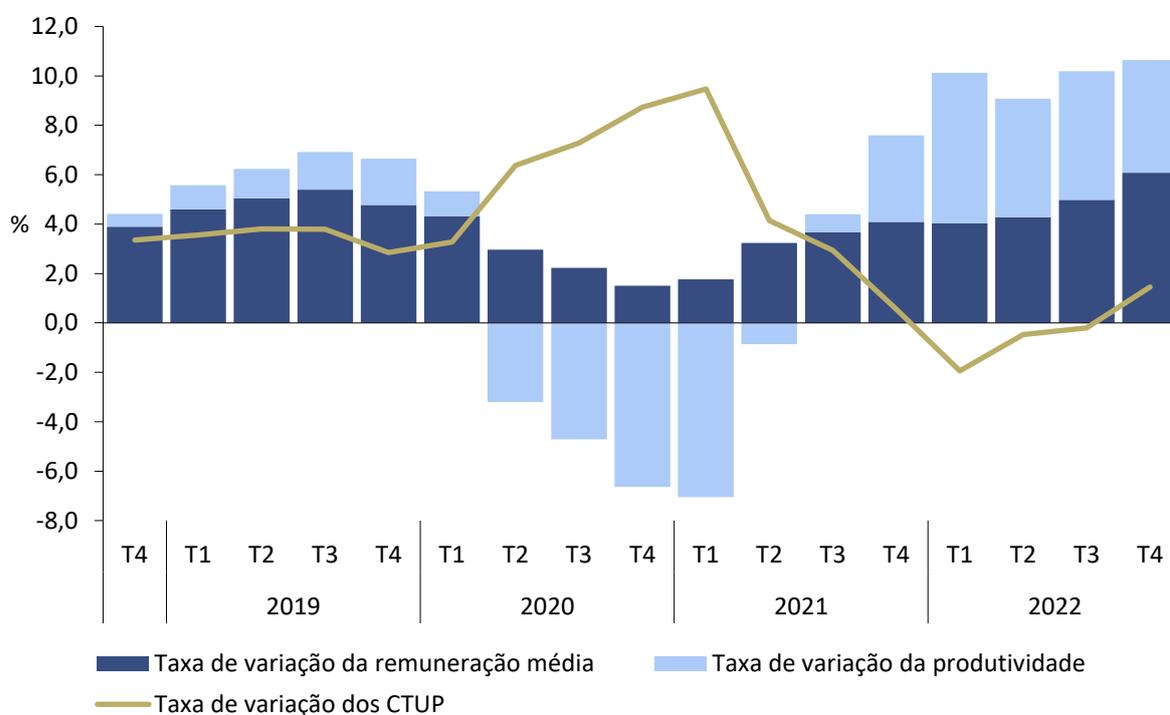
⁵ Em 2022 o montante pago correspondeu a 303,9 milhões de euros, estando previsto o pagamento do valor remanescente em 2023 e 2024. De acordo com as regras das contas nacionais o momento de registo é o da assunção do compromisso e por isso o total da despesa foi registado em 2022, ano a que corresponde o momento de tomada da decisão.



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 1,5%

No ano acabado no 4º trimestre de 2022, os CTUP aumentaram 1,5%, após três trimestres em que apresentaram variações negativas. O aumento dos CTUP no 4º trimestre deveu-se ao incremento de 6,1% da remuneração média, que foi superior ao crescimento da produtividade (taxa de variação de 4,6%).

Figura 5. Taxa de variação homóloga dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





Contas Anuais Preliminares dos Setores Institucionais para 2022

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2022 agora divulgada, resulta da soma das estimativas obtidas para os quatro trimestres. O quadro 8 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Quadro 8. Indicadores anuais para a economia portuguesa

	2018	2019	2020	2021 ^{Po}	2022 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	4,7	4,5	-6,5	7,1	11,4
RNB (taxa de variação)	4,6	4,3	-5,5	7,7	11,0
RDB (taxa de variação)	4,5	4,4	-5,3	8,2	10,4
Poupança Bruta (taxa de variação)	6,5	4,9	-9,9	18,2	7,9
Taxa de Poupança das Famílias e ISFLSF (% do RDB)	6,8	7,2	11,9	9,9	6,1
Consumo Final das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	4,2	4,1	-6,5	6,1	12,5
Rendimento Disponível das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	4,3	4,6	-1,1	3,7	7,8
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	11,2	5,6	-3,3	15,5	11,5
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento					
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	-2,4	-3,3	-2,2	-1,8	-2,1
Sociedades Financeiras (% do PIB)	2,2	2,4	2,6	2,3	1,4
Administrações Públicas (% do PIB)	-0,3	0,1	-5,8	-2,9	-0,4
Famílias e ISFLSF (% do PIB)	1,8	1,8	5,2	3,4	0,5
Total da Economia (% do PIB)	1,2	1,0	-0,2	0,9	-0,6
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	0,5	0,5	-2,1	-2,9	-2,5
CTUP (taxa de variação)	3,4	2,8	8,7	0,6	0,6

Po - dados provisórios

Pe - dados preliminares

Os dados provisórios de 2021 foram revistos de modo a incorporar a nova informação disponível. Face às estimativas anteriores, os atuais resultados determinaram a revisão dos saldos das Sociedades Não Financeiras (de -1,7% do PIB para -1,8%), das Sociedades Financeiras (de 2,0% para 2,3%) e das Famílias e ISFLSF (de 3,2% para 3,4%).



NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 4º trimestre de 2022.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Salvo indicação em contrário, os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Deve referir-se a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e dos dados relativos ao setor das AP também hoje publicados. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 28 de fevereiro, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional agora disponibilizados. Face às estimativas anteriores, os novos resultados não determinaram revisões nas taxas de variação do PIB em volume, verificando-se ligeiras alterações no PIB nominal.

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de



participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final individual – O consumo final individual corresponde à soma do consumo privado das famílias com a despesa das Administração Públicas com bens e serviços que se destinam ao consumo das Famílias.

Despesa de Consumo Final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento): A Formação Bruta de Capital (P.5) inclui a FBCF (P.51g), a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento Disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Disponível Bruto (RDB) ajustado das Famílias: Corresponde à soma do rendimento disponível bruto das Famílias e das transferências sociais em espécie, ou seja, inclui o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

RDB ajustado real das Famílias: Corresponde ao RDB ajustado das Famílias deflacionado com o índice de preços implícito na despesa de consumo final das Famílias.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O RNB (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e



importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O PIB (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento das Famílias: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de margem operacional das Sociedades Não Financeiras: É obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 23 de junho de 2023
